

# historia: fronteiras



**Vol. II**

Eunice Nodari  
Joana Maria Pedro  
Zilda M. Gricoli Iokoi  
(organizadoras)

Volume II



# História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

*Humanitas*  
FFLCH/USP

1999

---

# RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA NO CONTEXTO DAS HUMANIDADES HOJE: PERPLEXIDADES\*

---

Ligia Chiappini  
*Universidade Livre de Berlim*

**C**omo preliminar, eu diria que, hoje, mais do que nunca, sinto-me habitando as fronteiras, já que, tendo trabalhado por mais de vinte anos num Departamento de Teoria Literária e Literatura comparada (do curso de Letras da USP), a partir de 97 encontro-me num Instituto de Estudos Latinoamericanos (da Universidade Livre de Berlim), numa cátedra um tanto ambígua, de *Brasilianistik*, traduzível aproximadamente como Literatura e Cultura Brasileiras.

Se antes disso, tanto meu objeto de trabalho – os textos literários – quanto minhas preferências pessoais já me faziam transitar da Literatura à Historiografia<sup>1</sup> e instaurar um diálogo muito profíquo com historiadores e historiadoras – inclusive, Sandra Pesavento, com quem tenho trabalhado muito nos últimos anos, no grupo de estudos de literatura e história por ela coordenado: Cliope –, agora esse trânsito e esse diálogo tornam-se talvez ainda mais necessários.

Nossos tempos são, para o bem e para o mal, de diluição de fronteiras. E não apenas das fronteiras do conhecimento. Como evidenciaram as recentes guerras do Golfo e do Kosovo, inaugura-se um tempo em que a diluição das fronteiras nacionais pode significar, de um lado, luta contra o terror, de outro, desrespeito à vida e ao (desde o fim da segunda guerra mundial) imexível princípio da soberania nacional<sup>2</sup>. “Nunca mais Auschwitz” serve hoje de álibi para derrubar outro lema igualmente respeitável: “nunca mais guerra”.

Tempo de diluição de fronteiras ou de novas delimitações e de reafirmação de velhas hegemonias? E, neste caso, quem ganha e quem perde? Como diluir ampliando sem ameaçar e desrespeitar?

Essas questões, até certo ponto claras para o caso das fronteiras nacionais, serão cabíveis para o caso das fronteiras do conhecimento? Haveria relação entre uma e outra diluição de fronteiras? Desvendar essas relações nos ajudaria a explicar por que razão a preocupação com as fronteiras é, hoje em dia, tema central de congressos como este e desta mesa?

No campo dos estudos literários, tenho encontrado somente alguns indícios de respostas e muita perplexidade.

Um jornal recente – *Fagulha* – da BRASA (Brazilian Studies Association) traz um artigo sobre a situação dos estudos brasileiros nos Estados Unidos, com uma proposta de passar dos estudos literários para os estudos culturais. Estes acabam aparecendo, contraditoriamente<sup>3</sup>, como uma disciplina interdisciplinar que se vale da literatura como de uma espécie de espelho do social e incorpora juntamente com os textos literários e historiográficos, outras manifestações culturais como o cinema, a literatura oral, a música popular. A certa altura desse texto, exemplificando o que entende por essa transformação dos estudos literários, o autor diz:

The general tendency to perceive peripheral nations in interdisciplinary terms arises from their limited exposure and investigation by metropolitan societies; they are not subject to the luxury of a series of specialist explications, as is the norm in the metropolitan societies, with the separate fields or disciplines of French film, French literature, French philosophy; Spanish film, Spanish literature and so on. For third world nations, perceived identity is inevitably a dragnet operation, whereby a few conspicuous pieces of mutually unrelated paraphernalia are clustered like the jewels on the crown of the national *imaginaire*.<sup>4</sup>

O Brasil seria “inevitavelmente percebido nesses termos”, mas, ao mesmo tempo, um país crucial para estudos em vários campos, da economia à educação, passando pelos estudos de religião e pela etnomusicologia.

Dois motivos centrais justificariam a proposta de novos rumos para os estudos brasileiros: 1. a mudança de eixo na localização do Brasil, de país lusófono a país da América Latina e o conseqüente reduzido número de estudantes de português nas universidades norte-americanas, em relação aos de espanhol; 2. a vivacidade da cultura brasileira, vista de uma perspectiva internacional interessada no carnaval, na música, nos ritos, nas atitudes mais livres em relação ao corpo, no chamado “jeitinho” brasileiro.

Observações como essas nos chamam a atenção para o caráter concreto, político, econômico e institucional das teorias com que trabalhamos, como já nos ensinaram alguns teóricos da literatura, entre eles, Terry Eagleton. E, se a diluição das fronteiras nacionais nos parece um avanço na luta contra a discriminação racial e outras, e se a diluição das fronteiras disciplinares na academia nos parece trazer um enriquecimento para as ciências humanas e sociais, não se podem esquecer essas marcas concretas, sob pena de sofrermos os e concorrermos para os efeitos perversos dessa era de trans,des e pós tudo. No caso das nações, uma nova forma de imperialismo muito mais poderoso e sutil; no caso das disciplinas, uma forma de aceitar para nações de segunda categoria, uma ciência de segunda ordem; em vez do rigor e da profundidade, o pitoresco, o superficial, a micelânia.

O mesmo autor apresenta um curso com amplo e atraente programa que vai, de uma visão geral da geografia, da demografia, da política e da história da colonização brasileiras, passando pelos índios, os afro-brasileiros, a imigração e chegando à moderna política, sem esquecer a religião, os movimentos sociais, a música, a arquitetura, as artes plásticas, a mídia, a história econômica, a tradição do jeitinho, o cinema, a literatura, as comunicações de massa, a dança, o carnaval e a sexualidade<sup>5</sup>.

Nada contra a miscelânea, se ela é a única forma de conseguir estudar um pouco o Brasil nos Estados Unidos; talvez ela acabe sendo melhor do que nada, mas não atentar para as condições de aparecimento dos estudos culturais, assim entendidos, na nossa matriz, aderindo acriticamente a eles e menosprezando como é praxe entre nós a cada nova onda importada a tradição dos bons estudos teórico-histórico-críticos que temos e que se veio consti-

tuindo pelo menos desde Silvio Romero e Capistrano de Abreu, para citar um de cada área aqui representada, é confissão de ignorância. Além de tudo, trata-se de uma tradição que já tem muito de estudos culturais *avant la lettre* – no sentido que eles podem ter de positivo e sério.

## II.

Ignorar a dimensão institucional, econômica e política da defesa dos estudos culturais nos Estados Unidos pode dar e vem dando resultados grosseiros no Brasil, para não falar da América Latina como um todo. Aí aparecem desde estudos que usam Carolina Maria de Jesus, valorizada como legítima representante da literatura de testemunho afro-brasileira, para contrapô-la à Clarice Lispector, chamando a esta de racista e conservadora<sup>6</sup>, a textos que, em nome de uma suposta interdisciplinaridade, atribuem a Niemeyer e Darcy Ribeiro, respectivamente ao projeto arquitetônico de um e pedagógico do outro para a UnB, a responsabilidade pelo ataque policial da mesma universidade<sup>7</sup>.

A interdisciplinaridade, superficialmente concebida, dá em outros equívocos, como de um psiquiatra que, no congresso sobre João Guimarães Rosa, recomendava a todos “jagunclear pela vida”, como Riobaldo, para seguir atrás dos sonhos de cada um, “paulocoelizando”, assim, *Grande Sertão: Veredas*<sup>8</sup>. O ideal cosmopolita, a adesão à Aldeia Global sem reservas leva até gente mais diretamente ligada à literatura, como o escritor Mario Vargas Llosa ou como o estudioso Francisco Utéza, que tem um importante estudo sobre *A Metafísica do Grande Sertão Veredas*, a dizer bobagens. Para aquele, a ficção de José Maria Arguedas tem apenas um valor documental, desqualificando-a como regionalista, em nome do cosmopolitismo neo-liberal. Para Utéza, como Guimarães Rosa é universal, teria sido bom que permanecesse o erro inicial da tradução francesa de *Grande Sertão: Veredas*, onde o Sertão aparecia sem til. Assim o leitor ascenderia direto ao nível simbólico, do Ser e do Tao, sem cair no que é visto como a grosseira falha regionalista de situar o romance no sertão nordestino, pois afinal o sertão seria apenas o símbolo do mundo<sup>9</sup>.

Hoje vivemos uma época cheia desses equívocos, decorrentes, em grande parte, das disputas de umas disciplinas com as outras no interior da Academia e das agências de fomento. Alguns são engraçados. No mesmo congresso em que Utéza queria tirar o til do Sertão, Willi Bolle deu prosseguimento a uma leitura que vem fazendo do grande livro de Guimarães, comparando a representação do sertão por este com a que aparece em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha e com as descrições de viajantes alemães.

Um pouco como Sandra Pesavento fez hoje aqui com Alencar, Willi Bolle tenta seguir o rastro do percurso real no percurso imaginário da travessia do Liso do Sussuarão, no livro de Guimarães Rosa, identificando rios, caminhos e outros acidentes geográficos realmente existentes na região para melhor apreciar a especial combinação desses elementos com outros inventados na criação do espaço simbólico do livro. Ao mesmo tempo, Willi Bolle tenta resgatar uma leitura sociológica dessa marcha de Riobaldo pelo sertão, apagada por algumas leituras filosóficas como a de Utéza, lembrando que a travessia de Riobaldo não se faz só por amor ou ideal cavaleiresco, mas por dinheiro, pois ele adere à jagunçagem porque não pode ser fazendeiro e se recusa a ser peão.

Além da reação de Utéza, essa leitura de Willi Bolle – que, aliás, não ignora e até se utiliza da interpretação simbólica da-quele para o Liso – despertou a irritação de um geógrafo aposentado da Universidade de São Paulo, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, aliás, transformado em leitor arguto de obras literárias, que tentou explicar a Willi Bolle que literatura não é geografia, ou seja, que não se podem ler paisagens ficcionais como se fossem paisagens reais, já que o escritor inventa e simboliza. Em texto posterior, ele formula por escrito a objeção:

Para um escritor que transgride o léxico, cria palavras, trata a língua como coisa dinâmica, “em estado de ebulição”, por que não transgredir a realidade geográfica? Assim como a língua não fica desfigurada por que o seria a geografia? Contudo há aqueles que, obcecados pela objetividade e o real, insistem nesta pesquisa.

O Liso do Sussuarão parece-me um caso típico de criação. Uma criação para refletir um estado de espírito-ora dificultoso em demasia de ser atravessado ora sem maiores dificuldades (...) O Liso do Sussuarão não é um deserto com oásis de tamareiras, o

que seria absurdo conceber, mas algo que emprestou elementos do Razo da Catarina ou do Jalapão na sua composição. Mas parece que já houve felizardos que conseguiram identificar e localizar cartograficamente não só o Liso do Sussuarão enquanto outros continuam procurando-o<sup>10</sup>.

Mais recentemente, Francisco Foot Hardman afirmou que lia *O Povo Brasileiro*, de Darcy Ribeiro, como um romance<sup>11</sup>. Não sei bem o que ele queria dizer com isso, mas imagino que tal afirmação visava, ao mesmo tempo, valorizar o livro esteticamente, desvalorizando-o enquanto antropologia e história.

Nesse caso específico, concordo com Susana Scramin que assim entende o caráter híbrido da obra de Darcy:

(...) a obra de Darcy Ribeiro pertence tanto à tradição ensaística humanista quanto à tradição ficcional (...) <sup>12</sup>.

Nesse sentido, se *O Povo Brasileiro* pode ser lido como romance, *Maíra* pode ser lido como ensaio antropológico e essas formas de ler não implicam necessariamente juízos de valor. Sobre *Maíra*, repito aqui o que disse num debate da BRASA<sup>13</sup>, a propósito da leitura dessa obra por dois historiadores e dois críticos literários:

Há teoria, descrição e denúncia do lado de uma antropologia engajada, como a entende Darcy. Por outro lado, há vivência, reflexão e beleza; pensamento sentido e sentimentos pensados; teoria encarnada: romance histórico-pensante e rememorante, hilariante e trágico.

Mas teoria e romance num país que não pode estar contente consigo mesmo. Por isso, como quer Darcy para a Antropologia (quereria também para a literatura?), engajados, denunciadores. Teoria que rompe com outra, recortada, tímida e circuspecta, neutra, alastrando-se e correndo o risco das explicações mais abrangentes. Romance que rompe com a verossimilhança e explícita que Avá é o autor, o que Flaubert só fez fora do seu romance ("Madame Bovary c'est moi"), aceitando o risco de ser acusado de romance de tese<sup>14</sup>.

### III.

Agora, aqui, defronto-me com o trabalho de Sandra Pesavento, o que muito me alegra, pois Capistrano de Abreu foi

um historiador que inspirou João Simões Lopes Neto, a cuja obra dediquei muitos anos de estudo, a conceber uma história do Rio Grande do Sul, *Terra Gaúcha*, que ficou inacabada, enquanto obra propriamente historiográfica, mas que se efetivou fragmentariamente em seus contos e lendas, já consagrados como literatura de alta qualidade estética. Como Capistrano, Simões Lopes dizia que queria fazer uma história que não se limitasse a narrar os grandes feitos de agentes militares e políticos mas que pudesse de modo vivo recuperar a história do povo anônimo. Citando:

A minguada literatura histórica rio-grandense pousa na feição biográfica, caracterizando-a no duplo aspecto militar-político, daí a crença generalizada de que só são dignos da história o valor que se sagra nas batalhas e a ambição que sobe até o poder. As outras atividades sociais que elaboram a cultura e o bem-estar público, que formam e modificam costumes e idéias, que dão força e prestígio e constituem a vida estável da concidadania, e que, sem ruído nem aparato, vão vagarosamente fazendo-nos mais ilustrados, mais prósperos, mais felizes, essas atividades têm sido relegadas para um plano secundário; e, fora de contestação, quando elas falham, toda glória militar é impossível, nulo qualquer labor político<sup>15</sup>.

Em conferência anterior, “Educação cívica”, criticando os livros de história utilizados nas escolas do Rio Grande, pensa um outro, alternativo, que pudesse ser “vibrante” e onde “os grandes rios e as verdes florestas viveriam, os heróis e as pelejas renasceriam”. Suas páginas seriam cortadas “pela rima ardente dos poetas, a palavra profética dos missionários (...) o avante impetuoso e triunfal dos generais e almirantes, a eloquência fogosa dos tribunos brasileiros”<sup>16</sup>.

Parnasiano e piegas, no estilo e nas idéias, diríamos hoje, cansados do nacionalismo e do verbalismo (Simões era um leitor e fã de Afonso Celso). Mas, sob toda essa retórica ufanista, fica a idéia de um estranho livro de história. Estranho projeto, misto de poesia e ficção, personagens e fatos revivendo, o passado se atualizando pela força da evocação própria da narrativa que não quer o distanciamento e a imparcialidade do discurso historiográfico.

Li essa conferência como uma espécie de chave do projeto explícito e da própria ficção de Simões. A partir dela, arrisquei a

hipótese de que o livro sonhado, *Terra Gaúcha*, a princípio pensado como um só, constituído de fragmentos vibrantes de patriotismo, dedicado às crianças, fracassou ou ficou pela metade, e, ao mesmo tempo, deu cria, fragmentando-se em toda a obra de Simões. Ao longo do tempo esse projeto ambicioso (espécie de novo *Cuore*, de De Amicis) se teria fragmentado, desmembrando-se em livros que ele chamava modestamente de populário: *Cancioneiro Guasca*, *Contos Gauchescos*, *Lendas do Sul* e *Casos do Romualdo*. A esta altura, ele já achara outro fio para lembrar o passado gaúcho e fazê-lo reviver pela palavra com maior verossimilhança: o gesto e a fala do narrador popular<sup>17</sup>.

Confrontada ao projeto do seu inspirador, Capistrano de Abreu, a obra de Simões Lopes é, ao mesmo tempo, muito parecida e muito diferente. O primeiro, embora narrador vivaz, diretamente engajado na sua narração, onde indaga, discute, lança hipóteses, pergunta e julga (o que, segundo Roland Barthes, a historiografia sempre teria evitado)<sup>18</sup>, continua sendo um historiador. O segundo, embora interessado em recuperar aspectos do passado gaúcho e didaticamente preocupado com o seu esquecimento pelas novas gerações, acaba alçando definitivamente o vôo da ficção e, mais livre e poeticamente, fazendo literatura.

A partir de um outro paralelo com a literatura – mais especificamente, com o romance-lenda de José de Alencar – *Iracema* –, a leitura que Sandra Pesavento nos traz dos textos de Capistrano ajuda a retrazar limites, alargando-os, num esforço de resgatar verdade e objetividade, mesmo reconhecendo a narratividade e a subjetividade da historiografia. Engenhosamente, busca a ficcionalidade em Capistrano e a contrapõe à veracidade em Alencar.

Concordo inteiramente com essa leitura, com a análise que Sandra faz do romance de Alencar e com as conclusões que tira da comparação com Capistrano. Como a discussão dos valores – que saiu de moda – me interessa especialmente, gostaria de tomar o seu mote para levá-la um pouco adiante nessa direção, nem que seja colocando algumas questões não respondidas. Eu poderia escapar do problema, dizendo que na literatura, o que interessa é o valor estético, mas sei muito bem que a literatura é

concebida também como uma forma de conhecimento e a mim interessam esses seus dois lados, sobretudo quando ela consegue claramente reuni-los, como é o caso de Simões Lopes e o caso de José de Alencar.

Por outro lado, pendo para aquelas concepções do valor estético que não o vêem como valor em si, tomado de modo absoluto, mas como um valor de relação, variável, móvel, histórico, mas ao mesmo tempo, objetivo, isto é, não simplesmente relativo a cada pessoa que o emite, mas conservando um alto grau de objetividade de que lhe vem sobretudo do contexto interno e externo às obras.

Valor é também sentido e o sentido na obra literária, como na língua, é feito de relação de um elemento com outros elementos de um todo. Tal sentido, por isso, acaba sendo diferente do significado de um elemento isolado desse mesmo todo.

É verdade que a literatura não precisa ser justificada<sup>19</sup>. Esse todo, se coerente, sustenta-se mesmo que contrariando dados da realidade ou fatos e nomes registrados pela historiografia. Já nos ensinava isso Aristóteles, com o seu conceito de verossimilhança como coerência e forma de narrar o que poderia ter acontecido e não necessariamente o que realmente acontece ou aconteceu.

Nesse sentido, mesmo que os historiadores hoje reconheçam que o fato puro não existe na historiografia, que esta recorta, escolhe e compõe narrativas de acontecimentos e até de desejos, pensamentos e sensibilidades, os ficcionistas são mais livres das fontes e dos arquivos, como reconhece Sandra Pesavento. Não precisam de álibi. E quem trabalha com textos literários, tampouco. Podemos valorizar um texto por ser este pleno de possibilidades de sentido, porque reinventa a língua a cada linha, porque nos arpeja com seu ritmo ou nos comove com seu *pathos*, mesmo que contrarie as verdades investigadas pelo historiador. Por isso não cabe dizer que um ficcionista finge ou mente, embora caiba perguntar, sim, que verdade ele nos traz pelas suas meias-verdades. Já o historiador, não. Narrador vivaz ou não, assumindo a subjetividade de suas hipóteses e juízos, ou não, seria uma ofensa dizer que ele finge ou que simplesmente inventa sem procurar provar o que diz com base na investigação historiográfica. Para o historiador não ficaria bem dizer como Fernando Pessoa diz para

o poeta: “é um fingidor, finge tão completamente que chega a fingir que é dor a dor que deveras sente”.

A literatura, ao contrário, mesmo vista como forma de conhecimento, chega a este por meio de um, declarado ou não, fingimento, que é mediação necessária e útil à aproximação da verdade como algo mais geral e abstrato, conforme queria Aristóteles, contrariando Platão que a via simplesmente como cópia da cópia, imitação da imitação.

Por isso, encerro este meu texto com algumas perguntas irrespondidas, visando a provocar o debate:

1. Definindo a História não apenas como narrativa de fatos e feitos mas também como “resgate das emoções, das formas de sentir, das reações, das atitudes”, como história das sensibilidades, como quer Sandra Pesavento, ela continua baseada em fontes e documentos. A literatura pode ser, para isso, uma fonte privilegiada. A pergunta é: a atitude do leitor-historiador que vai aos textos literários em busca dessas “realidades” mais difíceis de historiar tem com eles uma atitude distinta da dos que neles buscavam comprovar fatos e feitos?
2. A intenção do texto de Sandra, segundo ela própria, foi “resgatar como textos históricos comportam recursos ficcionais e textos literários cercam-se de estratégias documentais de veracidade”

Mas com que objetivo, pergunto eu? Essas estratégias têm uma função diferente em relação ao seu uso pelo historiador? O que se busca com elas seria apenas a verossimilhança ou, integrando elementos ficcionais com elementos documentais, o escritor buscaria outra forma de conhecimento – holístico – da realidade? E os recursos ficcionais utilizados pelo historiador: seriam apenas meios de tornar a sua narrativa mais viva e palatável, de prender o leitor, de dourar a pílula? Ou esses recursos apontam para o trabalho de composição subjetiva da historiografia e, portanto, para o conhecimento dos modos de conhecer e seus limites? O historiador faz ficção, mas ficção controlada, diz Sandra Pesavento. Pergunto: Ficção controlada é ainda ficção?

E a pergunta final:

3. Trabalhar com o texto literário e com essa dimensão ficcional, subjetiva e até mesmo sensorial da historiografia ou de uma certa historiografia, bem como com a dimensão testemunhal e até documental de uma certa ficção, leva o historiador a sair do seu campo (como o geógrafo a sair da geografia ao ler Guimarães Rosa), dissolvendo-se na interdisciplinaridade dos estudos culturais? História cultural segue sendo História? Ou já é crítica literária? Ou o historiador vai nesse rumo e vai aos textos literários sem abrir mão da sua formação de historiador, mesmo que tentando ampliar essa formação pelos conhecimentos emprestados à lingüística e à tradição diversificada dos estudos literários? É possível fazer uma leitura da representação das sensibilidades ou seja lá do que for, por meio da literatura, sem ser um leitor assíduo dos textos ficcionais e poéticos? E, nós, críticos e estudiosos da literatura, é possível situar historicamente nossas interpretações de textos ficcionais e poéticos, apoiados na investigação historiográfica, sem nos transformarmos em historiadores improvisados, mas tampouco ignorando o B A BA dos métodos da historiografia? E uns e outros nesse diálogo – entre sedução e desconfiança – até que ponto diluímos, até que ponto redemarcamos fronteiras? E por quê? Para quem? A continuidade do debate talvez possa dizer.

## NOTAS

\*Comunicação para ANPUH/99. Mesa Redonda: Fronteiras do conhecimento, cruzamentos da literatura com a história, coordenação de Sandra Jatayh Pesavento.

<sup>1</sup>Entre outros estudos nessas fronteiras, citem-se: *Regionalismo e Modernismo: o caso gaúcho*. São Paulo, Ática, 1978; *No entretanto dos tempos: literatura e história em João Simões Lopes Neto*. São Paulo, Martins Fontes, 1988; *Quando a Pátria viaja, uma leitura dos romances de Antonio Callado*. São Paulo, Brasiliense, 1983; *Literatura e História na América Latina*. org. com Flávio Wolf de Aguiar, São Paulo, Edusp, 1993.

<sup>2</sup>Sobre a Otan e o quadro da hegemonia americana hoje e sobre “o crepúsculo dos Estados-Nações” como uma tendência geral que afeta de modo desigual as nações fortes e as fracas economicamente, ver “Manière de voir”. In *Le monde diplomatique*, n° 45, mai.-juí., 1999, especialmente: “Otan, cadre de l'hégémonie américaine”, por Paul-Marie de la Gorce, pp.16-19 e “Le crépuscule des États-Nations”, por Alain Bihl, pp.22-24, “Dangereuse prolifération des États”, por Pascal Boniface, pp. 25-26 e “Entités chaotiques ingouvernables”, por Oswaldo de Rivero, pp.27-29.

<sup>3</sup>Uma crítica equilibrada à disciplinarização dos estudos culturais foi feita recentemente por Walter Moser, em “Estudos Literários e Estudos Culturais. In *Revista Literatura e Sociedade*. DTLLC, FFLCH-USP, São Paulo, nº 03, 1998.

<sup>4</sup>“Whither Brazilian Studies? The State of the Art”, Piers Armstrong, “Interdisciplinary Discipline: Postmodern Academicism, Course Conception Trends and the Situation in Brazilian Studies”. In: *Fagulha*. vol. 06, nº 01, fall-winter, 1998.

<sup>5</sup>*Idem*, p. 09, nota 13.

<sup>6</sup>Texto de PLATT, Kamala. “Race and gender representation: Clarice Lispector’s “A menor mulher do mundo” and JESUS, Carolina Maria de. “Quarto de despejo”. In *Afro-Hispanic Review*, vol. 11, nº 01-03, 1982, pp. 41-57.

<sup>7</sup>Sobre isso, leia-se: CHIAPPINI, Ligia. “Forma e história na crítica literária brasileira: a atualidade de Antonio Candido”. In: *Leituras do ciclo*. Florianópolis, Abralic/Editora Grifos, 1999, pp. 157-167.

<sup>8</sup>Trata-se da comunicação de Marco Aurélio Baggio, “Dos seres incompletos à edificação do humano”, apresentada no Seminário Internacional Guimarães Rosa, realizado na PUC de Minas Gerais, no mês de agosto de 1998. Publicada em *Scripta*, revista do programa de pós-graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-Afro-Brasileiros, PUC/Minas Gerais, número especial Guimarães Rosa, vol. 02, número 03. Belo Horizonte, 1999.

<sup>9</sup>Leitura equivocada do texto de Antonio Candido que primeiro disse que o Sertão, em Rosa, é o mundo, mas sem dizer que nada teria a ver com o sertão nordestino.

816

<sup>10</sup>Em nota refere-se ao livro de Viggiano(1978), Citado por Vilhena de Araújo, 1996, como o que teria encontrado, e a Willi Bolle como o que continua procurando. O texto de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro está na coletânea de ensaios ainda inédita “O mapa e a trama”, ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas, mais especificamente, no ensaio intitulado “O espaço iluminado no tempo volteador”.

<sup>11</sup>Opinião externada no debate que se seguiu à mesa-redonda sobre Darcy Ribeiro, no Simpósio Internacional e Interdisciplinar “Brasil, país do passado? Atualidade ou anacronismo em Antonio Callado, Darcy Ribeiro, João Antônio, Paulo Francis, Paulo Freire e Herbert de Souza (Betinho)”, realizado em Berlin, na Freie Universität e no Instituto de Cultura Brasileira na Alemanha-ICBRA, entre 23 e 25 de junho de 1998, sob coordenação de Ligia Chiappini e Berthold Zilly (no prelo, pela EDUSP/SP).

<sup>12</sup>“A representação da cultura em Darcy Ribeiro, projeto estético? política cultural?” In *Travessia-revista de literatura*. UFSC, nº 32, jan-jul. 1996, pp.124-130.

<sup>13</sup>Washington, Novembro de 1997, mesa-redonda proposta pelo Centro Ángel Rama.

<sup>14</sup>CHIAPPINI, Ligia. “Debate das exposições sobre Maíra”, lido na V BRASA, de Washington e reescrito para o livro *Literatura e ciências humanas*, do encontro de Clópe em Campos do Jordão, agosto de 1997, em fase final de composição para publicação, pelo Centro Ángel Rama da USP.

Ligia Chiappini

<sup>15</sup>*Terra Gaúcha*, Porto Alegre, Sulina, Ed. póstuma de Walter Spalding, 1955, p.17.

<sup>16</sup>Apud CHIAPPINI, Ligia. *No entretanto dos tempos: literatura e história em João Simões Lopes Neto*. p.107.

<sup>17</sup>Repito aqui aproximadamente o que digo em meu livro *No entretanto dos tempos, literatura e história em João Simões Lopes Neto*. pp. 107-108.

<sup>18</sup>“El discurso de la Historia”. In *Estructuralismo y Literatura*. Buenos Ayres, Nueva Visión, 1970, pp.37-50.

<sup>19</sup>Uma longa argumentação nesse sentido, encontra-se, entre outros, no livro de OLSEN, Stein Haugom. *A estrutura do entendimento literário*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.